



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

170
top

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO Nº 0003093-23.2011.8.17.1590 (0333431-2)

AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

AGRAVADA: CARLA ADRIANA ARAÚJO LIMA

RELATOR: Des. ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA GUIMARÃES

EMENTA: PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CIVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. DÉBITOS RELATIVOS À SALÁRIO, FÉRIAS, 13º SALÁRIO E DESCONTOS INDEVIDOS. PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO TRIENAL REJEITADA, POIS É CEDIÇO QUE O PRAZO PRESCRICIONAL APLICADO NAS AÇÕES CONTRA A FAZENDA PÚBLICA É DE 05 (CINCO) ANOS, NOS TERMOS DO DECRETO 20.910/32. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA, UMA VEZ QUE SENDO O MUNICÍPIO RESPONSÁVEL PELO LANÇAMENTO INDEVIDO DE DESCONTO NA FOLHA DE PAGAMENTO DA AUTORA, QUE JÁ CONTRIBUÍA JUNTO AO INSS, A ELE CABE O ÔNUS FINANCEIRO DO RESSARCIMENTO. VÍNCULO LABORAL DEVIDAMENTE DEMONSTRADO PELA DEMANDANTE. ÔNUS DO ENTE PÚBLICO DE COMPROVAR A EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO, NOS MOLDES DO ART. 333, II, CPC. AUSÊNCIA DE PROVA DO ADIMPLEMENTO DAS VERBAS PLEITEADAS. PRECEDENTES DESTA CORTE. RECURSO IMPROVIDO À UNANIMIDADE.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo nº 0333431-2, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da 4ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em **negar provimento ao recurso**, mantendo-se inalterada a decisão agravada, nos termos do voto do Desembargador Relator, que fica fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 30 de maio de 2014.


Des. André Oliveira da Silva Guimarães
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

171
[assinatura]

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO Nº 0003093-23.2011.8.17.1590 (0333431-2)

AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

AGRAVADA: CARLA ADRIANA ARAÚJO LIMA

RELATOR: Des. ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA GUIMARÃES

RELATÓRIO

O presente remédio impugnativo tem por finalidade rever a decisão terminativa proferida por esta relatoria, que negou seguimento ao recurso de apelação, afastando as preliminares de prescrição trienal e de ilegitimidade passiva do Município de Vitória de Santo Antão e no mérito reconheceu o direito da demandante de receber do agravante 13º proporcional do ano de 2008, férias integrais referente ao período 2006/2007, 2007/2008 e proporcional de 3/12 avos, com acréscimo de 1/3 constitucional, referente ao período de 05/09/2008 a 01/12/2008, a ser pago com observância dos índices oficiais da caderneta de poupança, sem honorários em face da sucumbência recíproca e excluiu da lide a VITORIAPREV, por ser parte ilegítima. Condenou ainda o Município a restituir à autora a quantia indevidamente descontada em folha de pagamento, a título de VITORIAPREV, tudo corrigido monetariamente, a partir da data dos efetivos descontos pelos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, a partir da citação. (fls. 139/144).

Irresignado, o Município de Vitória de Santo Antão apresentou o presente recurso de agravo, com o fim de ver o seu pleito apreciado por este Órgão Colegiado, alegando preliminarmente, igualmente ao que foi dito em seu recurso de apelação, que é parte ilegítima para figurar no feito, tendo em vista que a providência almejada pela demandante somente pode ser satisfeita pelo VITORIAPREV e que no caso deve incidir a prescrição trienal, prevista no art. 206, §3º, V, do Código Civil.

No mérito, alegou que a Lei Municipal nº 2.861/2001, que disciplina a contratação temporária por excepcional interesse

[assinatura]



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

172
top.

público, dispões no comando legal, inserto no art. 4º, que findo o contrato, o contratado não terá direito a indenização de espécie alguma. Por fim, alegou que o marco inicial para a incidência dos juros moratórios é o trânsito em julgado da sentença. (fls. 147/161).

É o relatório.

Recife, 3º de maio de 2014.


Des. André Oliveira da Silva Guimarães
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

173

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO Nº 0003093-23.2011.8.17.1590 (0333431-2)

AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

AGRAVADA: CARLA ADRIANA ARAÚJO LIMA

RELATOR: Des. ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA GUIMARÃES

VOTO

Transcrevo os fundamentos do *decisum* atacado:

• Preliminar da Prescrição Trienal

Sustenta o apelado à incidência da prescrição trienal, prevista no art. 206, §3º, V, do Código Civil de 2002.

No entanto, não merece guarida a pretensão do Município pois já é cediço que o prazo prescricional aplicado nas ações contra a Fazenda Pública é de 05 (cinco) anos, conforme dispõe o Decreto nº 20.910/32:

Art. 1º As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a natureza, prescrevem em 5 (cinco) anos, contados da data do ato ou fato do que se originarem".

Tal entendimento encontra-se consolidado por este egrégio Tribunal:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÕES CÍVEIS E RECURSO ADESIVO. COBRANÇA. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA. PRESCRIÇÃO TRIENAL. IMPOSSIBILIDADE. CONTRATO TEMPORÁRIO. DIREITO A FÉRIAS E DÉCIMO TERCEIRO. RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO PREVIDENCIÁRIO. DIREITOS CONSTITUCIONALMENTE PREVISTOS. RECURSO ADESIVO PARCIALMENTE PROVIDO. IMPROVIDAS AS APELAÇÕES CÍVEIS. DECISÃO UNÂNIME. 1. (...) 2. Não merece guarida a alegação de que a prescrição seria trienal, vez que, conforme cediço, o prazo prescricional aplicado a todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda Pública federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, é de 05 (cinco) anos, nos termos do Decreto nº 20.910/32. 3. No que tange ao termo inicial dos juros moratórios, de acordo com a Súmula 69/TJPE, ela ocorrerá a partir da citação. 4. (...). 5. Relativamente às verbas referentes ao 13º salário (12/2008) e às férias (2006, 2007 e 2008) acrescidas do terço constitucional, constatou-se que a sentença recorrida merece reparos. É que os documentos acostados pelo Município demandado, os quais supostamente constituem prova do adimplemento das parcelas postuladas, não tem o condão de eximir a Administração do pagamento,



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

174
Top.

posto que meramente informativos, sendo confeccionados de forma unilateral pela edilidade, incapazes de suprir as exigências contidas no art. 333, II, do CPC. 6. Recurso adesivo parcialmente provido, improvidas as apelações cíveis. Decisão unânime. (TJPE - Apelação 313824-1 0003723-79.2011.8.17.1590. Relator: José Ivo de Paula Guimarães .Data de Julgamento: 17/10/2013. Data de Publicação: 25/10/2013).

Nessa senda, rejeito a preliminar.

• Preliminar de Ilegitimidade Passiva

Sustenta o recorrente preliminarmente que é parte ilegítima para figurar no polo passivo da demanda, uma vez que foi a VITORIAPREV quem obteve ganho financeiro com a verba debitada em folha após o repasse.

De proêmio, rejeito a alegação de ilegitimidade passiva arguida pela parte apelante.

Com efeito, da análise dos autos, evidencia-se que o Município de Vitória de Santo Antão promoveu, a título de contribuição à VITORIAPREV (autarquia municipal responsável pelo sistema previdenciário ao qual se submetem, exclusivamente, os servidores efetivos), descontos previdenciários indevidos, uma vez que a servidora contratada contribuía regularmente para com o Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Portanto, sendo o Município apelante responsável pelo lançamento indevido do desconto na folha de pagamento da apelada, uma vez que a mesma já contribuía junto ao INSS, a ele cabe o ônus financeiro do ressarcimento.

Posto isto, rejeito também a preliminar de ilegitimidade passiva.

DO MÉRITO

Compulsando o encarte processual, verifico que resta demonstrado que a autora/apelada possuía vínculo laboral de auxiliar administrativo com o Município de Vitória de Santo Antão (fls.09/21), na condição de contratado temporariamente no período em que pleiteia as verbas não pagas.

Nessa senda, comprovado o vínculo funcional e, por conseguinte, a contraprestação de serviços, cabe ao ente público a prova de fato impeditivo, modificativo e extintivo do direito do autor, nos moldes do art. 333, II, do CPC, consubstanciada na demonstração do efetivo pagamento das parcelas remuneratórias pleiteadas.

4



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

175
rdp.

Por sua vez, o Município apelante não se desincumbiu de comprovar o alegado, posto que o documento juntado às fls. 87/95 não comprovam que os valores pleiteados foram de fato adimplidos.

Assim, diante do incontroverso vínculo laboral, mesmo que na condição de contrato temporário, e da ausência de prova quanto ao adimplemento das verbas pleiteadas, devem ser pagos à autora os valores pertinentes a tais verbas, sob pena de se configurar enriquecimento ilícito do ente público.

Nesse sentido, é o entendimento deste egrégio Tribunal:

DIREITO CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SALÁRIOS ATRASADOS. APELO IMPROVIDO. 1. Trata-se de ação de cobrança de verbas salariais não pagas, na qual restaram acostados aos autos documentos suficientes à propositura da ação e comprobatórios do vínculo funcional mantido pelas ex-servidoras com a Municipalidade. 2. Nesse contexto, anotou-se que as alegações referentes à origem do débito, bem como quanto ao fato de tais valores não estarem contabilizados como "restos a pagar", não eximem o Município da responsabilidade para com o pagamento das verbas pleiteadas, o qual, aliás, há de ser feito pelo regime de precatório, de natureza constitucional, o que à evidência não vulnera a legislação infraconstitucional orçamentária ou de responsabilidade fiscal. 3. Destarte, observou-se que o Município apelante não fez prova de todos os pagamentos devidos às servidoras substituídas, a tempo e modo, pelo que a sua omissão nesse mister implica no reconhecimento da procedência do pedido, tal como deferido pela sentença a quo. 4. Mantida a verba honorária fixada em primeiro grau, arbitrada em harmonia com o juízo equitativo a que se reporta o art. 20, § 4º, do CPC. 5. Apelo improvido, à unanimidade. AC 0000339-71.2011.8.17.0600, Relator: Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, Data de Julgamento: 19/04/2012.

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE COBRANÇA DO SALÁRIO DE DEZEMBRO DE 2008. ALEGAÇÃO DO MUNICÍPIO DE QUE NÃO PAGOU ESSA VERBA PORQUE A DESPESA NÃO FOI INSCRITA EM RESTOS A PAGAR, VIOLANDO, POIS, A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. VERBA DE CARÁTER ALIMENTAR QUE SE SOBREPOE À REFERIDA LEI. FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM QUANTUM RAZOÁVEL. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Trata-se de demanda envolvendo servidores públicos, telefonistas, do Município de Camutanga que visa ao recebimento de salário atrasado relativo ao mês de dezembro de 2008. 2. Creio que é descabida a arguição do Município de que a responsabilidade pelo pagamento das verbas inexistente, por não fazer parte dos restos a pagar na

5



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

176
Top.

prestação de contas da gestão anterior, indo de encontro ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal. 3. Sabe-se que o salário do servidor público tem caráter alimentar e à Administração Pública, quando apontada como inadimplente no cumprimento desta obrigação, cabe o ônus de demonstrar e fazer prova inequívoca do pagamento da verba perseguida. Destarte, tem-se que a Municipalidade tem a facilidade administrativa e operacional para trazer aos autos documentos que comprovassem suas alegações. Contudo, nenhum documento hábil a atestar a quitação dos salários pleiteados foi colacionado ao processo. 4. O Tribunal de Justiça de Pernambuco já pacificou entendimento da matéria constante nos autos, ou seja, a cobrança de salários atrasados e não pagos de servidores públicos, estando a relação laboral perfeitamente comprovada. Portanto, sendo a verba pleiteada no processo como de natureza alimentar e não demonstrado pelo município qualquer causa modificativa, extintiva ou suspensiva do direito do autor ela é devida, não servindo como argumento, a simples alegação que seu pagamento viola a Lei de Responsabilidade Fiscal. 5. Por fim, a verba honorária que foi arbitrada em quatrocentos reais, com base no artigo 20, §4º do CPC, não merece reparos. Observo que, tendo sido dado à causa o valor de mil e oitocentos reais, equitativa a apreciação do douto julgador ante a permissividade do dispositivo legal referido, considerando o pequeno valor ofertado à ação, portanto, nada a reformar no decisor. 6. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente recurso (RA 281188-1/01, 3CDP, rel. Des. Luiz Carlos Figueirêdo, julgado em 13/09/2012).

DIREITO PROCESSO CIVIL. RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SERVIDORES MUNICIPAIS. CARGO COMISSIONADOS. ALEGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO IRREGULAR. SALÁRIOS ATRASADOS, 13º SALÁRIOS E FÉRIAS. GARANTIAS CONSTITUCIONAIS. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. É cediço que uma vez exercidas regularmente suas funções, o servidor faz jus às gratificações salariais garantidas constitucionalmente. 2. Não tendo realizado prova contrária do alegado se faz a mora por parte do Município recorrente. 3. Ainda que a contratação dos agravados fosse irregular, como alegado pelo agravante, o servidor faz jus a remuneração pelo trabalho prestado, sob pena de se afigurar o enriquecimento ilícito da Administração Pública. 4. Recurso de Agravo improvido. Decisão unânime. RA 265863-9/01, Relator: José Ivo de Paula Guimarães, Data de Julgamento: 29/11/2012.

Ante o exposto, com supedâneo no art. 557, caput, do CPC, NEGO SEGUIMENTO AO APELO, mantendo a sentença monocrática em todos os seus termos.

Pelas razões expostas, tenho que os argumentos expendidos no recurso de agravo sob análise são repetitivos e, nesse particular, o Colendo STJ tem decidido no sentido de que "a reiteração de

6



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

177
106.

alegações é conduta reprovável e demonstra o caráter exclusivamente protelatório do recurso" (STJ, 5ª turma, RMS 14.990, Rel. Min. Arnaldo Esteves, j. 10/05/2007).

Sendo assim, não merece acolhida o pedido contido no presente recurso.

Em face do exposto, voto pelo **não provimento** do recurso de agravo, mantendo *in totum* a decisão vergastada.

É como voto.

Recife, 30 de maio de 2014.


Des. André Oliveira da Silva Guimarães
Relator